

Promulgadas emendas da CPMF e dos juizados especiais

Sessão solene reúne Mesas Diretoras do Senado e da Câmara dos Deputados para promulgar as duas propostas, que estarão publicadas hoje no *Diário Oficial*. Com isso, CPMF poderá recomeçar a ser cobrada a partir do dia 17 de junho



Dezenas de parlamentares compareceram à sessão solene do Congresso Nacional que promulgou ontem as duas emendas constitucionais. Senador Antonio Carlos Magalhães elogiou a atuação do Legislativo

O Congresso Nacional reuniu-se ontem à noite para promulgar duas emendas constitucionais aprovadas nesta semana pelo Senado e Câmara dos Deputados: a que aumenta e prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a que cria os juizados especiais na Justiça Federal. A emenda da CPMF, de autoria do ex-senador Elcio Alvares, foi aprovada ontem à tarde em segundo turno pela Câmara dos Deputados e será publicada hoje no *Diário Oficial*, permitindo que a cobrança se inicie no próximo dia 17 de junho. A CPMF, cuja arrecadação será destinada à saúde e à Previdência Social, passa de 0,20% para 0,38% nos 12 primeiros meses, reduzindo sua alíquota para 0,30% nos 24 meses seguintes. Já a proposta de emenda constitucional dos juizados especiais teve sua aprovação decidida na sessão do Senado, pela manhã. O funcionamento dos juizados federais será regulamentado por uma lei ordinária, tendo como base o processo hoje empregado nos juizados estaduais (*ver infográfico nesta página*). Durante a reunião, o senador Antonio Carlos Magalhães elogiou o esforço do Congresso em aprovar matérias que ajudem o Brasil a resolver os seus problemas.

PROCURA EM ALTA

Nos últimos dez anos, o número de ações em SP, em juizados de pequenas causas, aumentou

95 vezes.

Fonte: IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor

PÁGINAS 3 E 4

Senado já votou desde janeiro 92 matérias

A aprovação da emenda constitucional dos juizados especiais foi a 92ª matéria apreciada pelo plenário do Senado neste ano, incluindo o período de convo-

cação extraordinária de janeiro. Somente nesta semana, os senadores deliberaram sobre nove propostas diversas, entre elas um empréstimo externo.

PÁGINA 2

Comissões se unem para discutir o blecaute

PÁGINA 7

Cantores pedem lei contra abuso da imprensa

PÁGINA 8

JUIZADOS ESPECIAIS

O que são

Foram criados pela Constituição de 1988 para resolver causas de menor complexidade judicial e pequeno valor pecuniário (até 40 salários mínimos, atualmente R\$ 5.200,00) e para oferecer um serviço ágil e gratuito à população.

Hoje, eles só existem nos estados. Com a emenda promulgada ontem, os juizados especiais poderão ser criados também na Justiça Federal.

Como irão funcionar

Para que eles sejam criados, será necessária a aprovação de projeto de lei regulamentando seu funcionamento.

Os juizados especiais federais tratarão de toda pequena causa que envolva o governo federal ou seus órgãos e empresas, sem a necessidade de advogados e com o interessado fazendo a defesa oral de sua reivindicação.

Podem ser apreciados processos que tratem de questões como:

- prestações da casa própria pagas à CEF;
- pensões e aposentadorias do INSS;
- indenizações reivindicadas à União.

Fonte: IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor.

Senado aprovou nove propostas nesta semana

Juizados especiais e recursos para o meio ambiente estão entre os projetos acolhidos. De janeiro até agora, são 92 matérias apreciadas

Com a aprovação, ontem, da emenda constitucional criando juizados especiais na Justiça Federal, chegou a nove o número de matérias aprovadas pelo Senado no período de 15 a 18 de março, e a 92 o das apreciadas no ano de 1999, inclusive durante a convocação extraordinária.

O plenário autorizou também nesta semana contratação de operação de crédito junto ao Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 24 milhões, para financiamento do Programa de Apoio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Outras deliberações tomadas pelos senadores incluem a renovação das concessões de funcionamento da TV Cultura de São Paulo e das rádios Barriga Verde, de Florianópolis (SC), e Sertão Central, de Senador Pompeu (CE).

Foram aprovadas, ainda nesta semana, as indicações das seguintes autoridades: Walton Alencar Rodrigues, para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União; João Bosco Leopoldino da Fonseca, para ocupar vaga no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça; e Amauri Serralvo, para desempenhar as funções de procurador-geral do Cade.

As comissões técnicas, recém-instaladas, registraram grande movimentação nesta semana. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou sete acordos internacionais, inclusive o de combate ao narcotráfico e



Sarney conduziu reuniões da CRE que aprovaram acordos

contrabando de armas, com o Paraguai, e mais a indicação do embaixador Celso Amorim para chefiar a delegação permanente do Brasil em Genebra.

A presidente da Comissão de Infra-Estrutura (CI), senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), disse que poderá ocorrer no dia 6 de abril reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), para ouvir, do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, do

presidente da Eletrobrás, Firmino Ferreira Sampaio, e do presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Mário Santos, esclarecimentos sobre o blecaute do último dia 11.

O novo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), decidiu agilizar o trabalho de prevenção dos possíveis efeitos adversos do bug do milênio.

A CAE aprovou contratação de empréstimos de US\$ 250 milhões para projetos de saneamento e urbanização, e um total de US\$ 29 milhões, destinados aos fundos de previdência dos estados e programas de preservação do meio ambiente.

Sob a presidência do senador José Agripino (PFL-RN), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu parecer favorável à indicação de Hamilton Carvalhido para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), decidiu promover uma série de audiências públicas com autoridades e representantes da sociedade, para debater aspectos da crise social e alternativas de política setorial para os problemas sociais. A CAS também votou projeto pelo qual a concessão do registro de jornalista profissional será feita pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), e não mais pelo Ministério do Trabalho, e um outro estendendo o transporte gratuito para idosos às áreas fora dos centros urbanos.

Matérias apreciadas pelo Senado de 15 a 18 de março de 1999

Projetos aprovados e enviados à promulgação	5
Emenda constitucional aprovada em 2º turno	1
Mensagens de escolha de autoridades	3
Total de matérias apreciadas	9

de 6 de janeiro a 18 de março de 1999

Na convocação extraordinária	55
Na sessão legislativa ordinária	37
Total de matérias apreciadas	92

Plenário vota recursos para saneamento

O plenário do Senado votará na sessão de segunda-feira (dia 22) pedido do governo federal para tomar um empréstimo de US\$ 250 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado a bancar o Programa Melhoramento de Bairros (Habitar-Brasil), para obras de saneamento e urbanização.

O pedido foi acolhido pela Comis-

são de Assuntos Econômicos (CAE) na última terça-feira (dia 16). Na ocasião, a CAE também aprovou requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solicitando informações à Secretaria de Desenvolvimento Urbano sobre a quantidade de pessoas beneficiadas pelo Habitar-Brasil. Dutra considerou exagerados os valores previstos para "custos administrativos" (US\$ 20 mi-

lhões) e para "desenvolvimento institucional" (US\$ 62,5 milhões).

Também na segunda-feira (dia 22), o plenário apreciará uma solicitação do governo federal para tomar empréstimo junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 5 milhões, destinado ao financiamento parcial do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1999

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

▶ 10h - Preside sessão não deliberativa

PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Segunda-feira (22.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *Projeto de Resolução nº 19/99, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 5 milhões, destinada a financiar parcialmente o Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep); e *Projeto de Resolução nº 21/99, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 250 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Terça-feira (23.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PDL nº 36/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Estéreo Show Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto (SP); *PDL nº 38/98, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Vicente (SP); e *PDL nº 47/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Leme Stereosom Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leme (SP).

Quarta-feira (24.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PLS nº 89/98, que modifica a Lei Complementar nº 82/95, que limita as despesas com o funcionalismo público; *PDL nº 44/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Itumbiara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itumbiara (GO); *PDL nº 46/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel - O.F.M. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anápolis (GO); *PDL nº 49/98, que aprova o ato que renova a concessão da Radiodifusão Águas Claras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catuípe (RS).

Quinta-feira (24.3.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional); *PDL nº 50/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Juiz de Fora S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora (MG); e *PDL nº 51/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Varginha (MG).

Sexta-feira (26.3.99)

▶ 9h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Sistema Financeiro Nacional).

COMISSÃO

Terça-feira (23.3.99)

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *PLS nº 166/98, que altera a Lei nº 9.691/98, que altera a Tabela de Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estado, objeto do Anexo II da Lei nº 9.472/97, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e o funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8/95, que dispõe sobre as taxas de fiscalização de instalação e de funcionamento de serviços de radiodifusão de sons e imagens educativas; *MSF nº 203/97, que submete à apreciação do Senado Federal o aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre o Brasil e o Suriname; *MSF nº 204/97, que submete à apreciação do Senado Federal o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre o Brasil e a Telecomunicações do Suriname (Telesur); e *PLC nº 13/95, que cria o Programa Nacional para Atividades de Extensão Universitária em Saúde, na Amazônia Legal. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Justiça Federal terá juizados especiais de pequenas causas

Emenda foi aprovada ontem de manhã por unanimidade de 67 votos, pelo plenário do Senado, e promulgada à noite em sessão do Congresso

Por unanimidade de 67 votos, o plenário do Senado aprovou na manhã de ontem, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que autoriza a criação, na Justiça Federal, de juizados especiais, conhecidos por juizados de pequenas causas. No início da noite, em reunião do Congresso, as mesas do Senado e da Câmara, presididas pelo senador Antonio Carlos Magalhães e pelo deputado Michel Temer, promulgaram a emenda dos juizados. Para que eles funcionem, no entanto, o Congresso ainda terá de votar uma lei com a sua regulamentação.



Todos os senadores presentes à sessão seguiram o voto do relator da matéria, senador José Fogaça (detalhe)

Caberá aos juizados especiais o julgamento de todas as ações "de menor potencial ofensivo" que envolvam o governo federal, seus órgãos ou empresas, ou tratem de assuntos de competência federal, como tráfico de drogas, disputas entre estados e crimes contra a ordem econômica e contra o sistema financeiro.

Os novos juizados deverão desafogar a Justiça Federal porque, entre outros assuntos, deverão julgar os processos que envolvem reajuste de prestação da casa própria, revisão de pagamento de benefícios pelo INSS e pedidos de indenização feitos por cidadãos a órgãos públicos federais ou empresas da União.

A Constituição de 1988 criou, e já funcionam em vários estados, os chamados juizados de pequenas causas, para assuntos penais e matérias cíveis, mas apenas no âmbito das Justiças estaduais. Agora, eles serão estendidos à Justiça Federal.

O relator da proposta, senador José Fogaça (PMDB-RS), considerou os juizados "extremamente importantes para o exercício da cidadania". Ele citou, como exemplo, o caso em que um veículo particular é abalroado por um jipe militar. O dono do carro raramente é indenizado, pois a lei determina que o governo federal só paga depois do julgamento de última instância, em processos de alto custo e que podem levar vários anos.

— Em situações como essas, o caso poderá ser resolvido em apenas uma sessão do juizado especial, onde as defesas podem ser feitas de forma oral, até mesmo pelos interessados, sem necessidade de advogados — observou Fogaça.

A mesma proposta de mudança alterou um artigo da Constituição que trata da concessão de *habeas corpus*. O objetivo, conforme o senador José Fogaça, é dividir melhor as tarefas nos tribunais superiores e desafogar o Supremo Tribunal Federal.

Como funcionam os juizados nos estados

- 1 Para propor uma ação, basta apresentar o pedido por escrito ou oralmente.
- 2 Devem ser anexados ao pedido todos os documentos que comprovem a reclamação. Também são importantes as eventuais testemunhas existentes.
- 3 Uma primeira audiência de conciliação ocorre em, no máximo, 15 dias. Se houver acordo entre as partes, o juiz fará imediatamente a homologação e a sentença será considerada irrecorrível.
- 4 Não havendo conciliação, será marcada, também em 15 dias, uma audiência de instrução e julgamento, quando o juiz ouvirá as partes, analisará as provas apresentadas e dará sua sentença.
- 5 Se o vencido quiser recorrer da decisão, deverá fazê-lo em 10 dias, por escrito e mediante um advogado. O recurso será apreciado por um colegiado de juízes.

Fonte: IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor.

Congresso tem última palavra sobre mudanças na Constituição

O presidente da República, os deputados e senadores e as assembleias estaduais podem propor mudanças na Carta do país, mas a última palavra caberá sempre ao Congresso Nacional. Diferentemente de projetos de lei comuns, que depois de votados pelo Congresso são enviados ao presidente para sanção (ou veto), toda mudança constitucional é promulgada pelas mesas do Senado e da Câmara e entra em vigor assim que é publicada no *Diário Oficial*.

Para que uma proposta de alteração constitucional chegue à promulgação, há um longo caminho a percorrer. São instâncias de-

mocráticas de debates, para se chegar a um texto final que tenha o voto favorável mínimo de três quintos dos parlamentares (60%). A autorização para que sejam instituídos os juizados especiais na Justiça Federal, por exemplo, passou por sete votações no Congresso — três em comissões e quatro pelos plenários da Câmara Federal e do Senado.

A Constituição exige que uma mudança seja votada duas vezes pelos plenários e a emenda dos juizados recebeu ontem a última votação dos senadores (segundo turno). Precisava do voto favorável de no mínimo 49 senadores — recebeu 67.

Debate sobre vinculação de recursos para o SUS é adiado

Foi aprovado ontem em plenário, por 38 votos favoráveis e 13 contrários, requerimento do senador Paulo Souto (PFL-BA) destinado a adiar a discussão do substitutivo à proposta de emenda constitucional que vincula recursos da União, estados, Distrito Federal e municípios à implementação e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A matéria voltará ao plenário no dia 29 de abril, de acordo com a Mesa.

Apesar dos apelos do autor da proposta, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), e dos senadores do Bloco Oposição para que a discussão da matéria não fosse adiada, os argumentos do senador Paulo Souto convenceram os demais senadores.

— Esse é um assunto muito sério, pois tudo o que fizeram até agora para dar certa liberdade ao governo de fazer o ajuste fiscal poderia cair com essa vinculação de recursos — explicou Paulo Souto.

Valadares disse que estranhava o requerimento, já que a matéria está sendo discutida em segundo turno, não podendo mais ser emendada. O senador observou que esses recursos são necessários para a saúde, que está em precária situação. Também falaram em favor da pro-



Paulo Souto lembrou esforço do governo para desvincular as receitas públicas

posta Sebastião Rocha (PDT-AP) e Marina Silva (PT-AC). O senador José Jorge (PFL-PE) concordou com os argumentos de Souto e votou pelo adiamento.

A proposta já foi aprovada pelo plenário por unanimidade, em primeiro turno, no fim do ano passado. Ela determina que a União destinará 30% dos recursos do orçamento da Seguridade Social para o SUS. Os estados participarão com aplicação de 12% dos recursos e os municípios com, no mínimo, 10%.

Ministério do Meio Ambiente obterá US\$ 24 milhões do BID

O Senado aprovou ontem projeto de resolução que autoriza a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 24 milhões para financiar o Programa de Apoio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, na primeira etapa da segunda fase de sua implementação. O empréstimo será tomado pelo governo brasileiro junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A matéria vai à promulgação.

Em favor do empréstimo, falaram os senadores Ademir Andrade (PSB-PA), Marina Silva (PT-AC), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Edison Lobão (PFL-MA). Os senadores

defenderam recursos para a preservação do meio ambiente e ressaltaram a importância desse empréstimo para o país.

Os executores do programa serão o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A senadora Marina Silva considerou favoráveis as condições da operação, pois os juros, pagos semestralmente sobre os saldos devedores diários do empréstimo, são de 3% ao ano. Ademir Andrade observou que o empréstimo chega em momento importante, dada a carência de recursos do Ministério do Meio Ambiente.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/97, na Câmara dos Deputados). Presidente da República. Acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição federal (criação de juizados especiais).

Resultado: Aprovada. Votaram: sim, 67; não, 0; abst., 0, total, 67. À promulgação. Será convocada sessão conjunta solene do Congresso Nacional, destinada à promulgação da emenda constitucional.

2

Projeto de Resolução nº 20, de 1999. CAE. Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao BID, no valor equivalente a até US\$ 24.000.000,00, destinada a financiar o Programa de Apoio ao Fundo Nacional do Meio Ambiente - Fase II - 1ª Etapa.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1997. Antonio Carlos Valadares e outros. Altera os arts. 34, inciso VII, alínea "e", 35, inciso III, 167, inciso IV, e 198, da Constituição federal, que dispõem sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências.

Resultado: Aprovado requerimento do senador Paulo Souto de adiamento da discussão para o dia 29.04.99.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

CPMF voltará a ser cobrada em junho

As Mesas do Senado e da Câmara promulgaram ontem à noite a emenda constitucional que prorroga a vigência e aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

ACM elogia ação "competente e digna" do Congresso Nacional

Antes de encerrar a sessão solene de ontem em que foram promulgadas a emenda que prorroga e aumenta a alíquota da CPMF e a que autoriza a criação, na Justiça Federal, de juizados especiais, o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, elogiou o trabalho do Senado e da Câmara dos Deputados em aprovar matérias que permitam ao Brasil vencer os problemas que enfrenta. – Mais uma vez o Congresso, em consonância com o povo, age de forma competente e digna, fazendo valer a vontade popular através dessas emendas promulgadas. Saliento o trabalho do Senado e da Câmara dos Deputados, que mostraram que estão interessados em dar ao país uma legislação pertinente, para que o Executivo conte com os instrumentos necessários a salvar o Brasil da crise, coisa que, tenho certeza, acontecerá – afirmou Antonio Carlos.



Antonio Carlos Magalhães

Além de Antonio Carlos Magalhães e do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, participaram da sessão solene do Congresso o primeiro vice-presidente e o primeiro-secretário do Senado, respectivamente Geraldo Melo (PSDB-RN) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), e o ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas.



Congresso Nacional realizou sessão solene para a promulgação da emenda da CPMF

Em sessão solene do Congresso Nacional no início da noite de ontem, as Mesas do Senado e da Câmara promulgaram a proposta de emenda constitucional que aumenta e prorroga por mais três anos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja última votação ocorreu à tarde, na Câmara. No Senado, a emenda havia sido aprovada no dia 19 de janeiro.

De autoria do então senador Elcio Alvares, a proposta aumenta de 0,20% para 0,38% a alíquota da CPMF durante os 12 primeiros meses de sua nova vigência. Nos 24 meses seguintes, a alíquota cairá para 0,30%. Os recursos, cuja arrecadação começará em 90 dias (provavelmente a partir de 17 de junho), serão destinados à saúde e à Previdência Social.

A CPMF foi cobrada pelo governo federal até o dia 22 de janeiro, quando expirou sua vigência, e a volta da cobrança é considerada uma das medidas mais importantes para o ajuste fiscal.

No Senado, a emenda foi relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele sustentou que, apesar do efeito cascata, a CPMF tem a vantagem de ser universal e genérica, atingindo até mesmo setores informais da economia, que não costumam pagar tributos. Informou também que cerca de 20 milhões de brasileiros pagaram o "imposto do cheque", sendo que mais de 16 milhões contribuíram com menos de R\$ 150,00 por ano.

Geraldo Althoff explica na TV propostas para conter gastos

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) defende, em entrevista à TV Senado, duas propostas de emenda à Constituição: a que limita os repasses dos governos estaduais às assembleias legislativas, provocando uma redução significativa nos gastos dos estados, e a que trata da criação de novos municípios. O programa vai ao ar hoje, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

O senador acredita que existem grandes diferenças entre os estados na questão dos gastos públicos e propõe a normatização da distribuição dos recursos, com critérios iguais para todos. Pela proposta, quanto menor a população do estado, maior será o repasse, e quanto maior a população, menor será o percentual de repasse em relação à arrecadação.

Geraldo Althoff também apresentou proposta limitando a criação de novos municípios. Ele quer corrigir as distorções ocorridas após a Constituição de 1988, "quando existiu um



Althoff defende duas propostas de emendas constitucionais

abuso e, em onze anos, foram criados quase 2 mil municípios".

Segundo o senador, muitos desses municípios não tinham nem condições de se sustentar, onerando ainda mais os governos estaduais. Se a proposta for aprovada, alguns municípios deverão ser fundidos com outros.

Eduardo Siqueira Campos critica idéia de privatização da Caixa

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) criticou ontem, em discurso no plenário, a possibilidade de privatização da Caixa Econômica Federal (CEF), afirmando que existem empresas e entidades públicas que são indispensáveis para o cumprimento de funções primordiais do Estado.

– Temos que ter a cabeça fria e saber separar o joio do trigo, devemos repelir arrazoados simplistas que clamam que tudo o que é privado é bom e tudo o que é público é ruim – observou.

Embora a CEF não tenha sido oficialmente anunciada como empresa a ser vendida, o senador disse que há rumores e "balões de ensaio" divulgados sobre o assunto. Ele considera essa possibilidade "um verdadeiro desastre para o Brasil" e enfatizou o papel social da CEF como gestora do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de outros programas sociais.

Entre os programas administrados pela CEF o senador citou o Programa de Integração Social (PIS), o seguro-desemprego, o abono salarial e o crédito educativo. Referiu-se também à participação da Caixa em financiamentos

para projetos de habitação, saneamento e infra-estrutura e lembrou a administração das loterias, cujos recursos vão para o crédito educativo e outros programas sociais.

– Não pode passar pela cabeça de ninguém que uma Caixa Econômica privatizada tenha interesse em dar continuidade a qualquer desses programas. Na verdade, nem lhe seria permitido, uma vez que haveria um nítido conflito entre o interesse público e o privado. São programas que não dão lucro, pois são tipicamente de Estado, cujo maior objetivo a cumprir é o bem-estar da coletividade – disse.

De acordo com Eduardo Siqueira Campos, o lucro obtido pela Caixa em 1998 foi de R\$ 387 milhões. Desse montante, acrescentou, US\$ 108 milhões foram pagos em dividendos à União.

Em apartes, os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Ademir Andrade (PSB-PA), Ney Suassuna (PMDB-PB), Heloisa Helena (PT-AL), Marluce Pinto (PMDB-RR) e Maguito Vilela (PMDB-GO) elogiaram o discurso de Eduardo Siqueira Campos e manifestaram-se contra a privatização da CEF, bem como a do Banco do Brasil e a da Petrobrás.



Eduardo Siqueira Campos afirma que privatizar a Caixa seria "um desastre para o Brasil"

Ademir diz que Carvalho deveria pedir demissão

Segundo o senador, a família do ministro teria ficado em casa da Aeronáutica e utilizado os serviços de taifeiros e seguranças

Ao pedir à Mesa informações sobre requerimento dirigido ao Ministério da Aeronáutica e ao ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse ontem que “choça a todos o fato de que ele tenha viajado para férias com a família a Fernando de Noronha, no Carnaval, entre os dias 12 e 19 de fevereiro, levando a esposa, cinco filhos e namorado de uma das filhas” em avião *Brasília* da FAB – utilizado exclusivamente para missões oficiais do presidente e do vice-presidente da República –, conforme foi noticiado.

– A atitude é indecente e o ministro deveria pedir demissão por isso – afirmou.



Ademir comentou notícia de que ministro viajou de férias com a família em avião usado para missões oficiais

Segundo o senador, a família teria ficado em casa do Ministério da Aeronáutica e utilizado os serviços de taifeiros e seguranças daquela força militar.

– Fernando Henrique não sente vergonha? Em outro país, o ministro seria sumariamente demitido – considerou.

Na presidência da sessão, o sena-

dor Eduardo Suplicy (PT-SP) assegurou que tanto o requerimento de informações apresentado por Ademir Andrade quanto o de outros senadores do Bloco Oposição, sobre o mesmo assunto, foram aprovados em reunião da Mesa realizada na quinta-feira passada (dia 11) e encaminhados aos ministros da Aeronáutica e da Casa Civil.

Roberto Requião sugere CPI para investigar “protegidos pelo poder”

Referindo-se a matéria em que a Rede Globo associou a nepotismo a contratação de seu irmão para um cargo de confiança no gabinete, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) esclareceu ontem que esse tipo de contratação, no Brasil e no mundo, só é um mal “quando é o nepotismo da proteção, da vantagem, dos recursos públicos e do desvio do trabalho”. Ele observou que parentesco não é cláusula infamante.

– Há mais de 20 cargos em meu gabinete. Preenchi um cargo com um irmão, ex-deputado federal de extraordinária competência, porque precisava dele – afirmou o parlamentar. A propósito da matéria da Globo, ele disse que gostaria de saber por que essa emissora suspendeu as denúncias dos crimes revelados pela CPI dos Precatórios “e por que, logo depois, o Banco Boavista e o Bradesco (ambos envolvidos nas denúncias) passaram a patrocinar o *Jornal Nacional* e o *Bom-Dia Brasil*.”

CPI

Usando uma imagem retórica, Requião sugeriu a criação da CPI do Nepotismo, capaz de investigar “os grandes protegidos pelo poder no Brasil”. Conforme o senador, a TV Globo foi fundamental para que



Roberto Requião observou que parentesco não é “cláusula infamante”

a CPI dos Precatórios avançasse, mas também para que as acusações finais dos verdadeiros responsáveis pelo desvio do dinheiro público “fossem paralisadas e não fossem conhecidas”.

– Hoje, tenho conhecimento de que o Everardo Maciel, o nosso xerife da Receita, já aplicou multa no valor de R\$ 700 milhões em instituições financeiras envolvidas no processo da emissão fraudulenta de títulos públicos. No entanto, tenho informações de que o Bradesco não foi sequer referido nesse processo. Vamos aprofundar essa questão – sugeriu o senador.

Requião expressou seu desejo de que se consiga viabilizar para a Glo-

bo e outros meios de comunicação a necessária independência, a fim de que o processo de limpeza da política financeira e administrativa do Brasil não seja paralisado com o patrocínio de dois noticiários dos mais importantes do Brasil pelos grupos envolvidos nas investigações da CPI.

O senador frisou que o que interessa ao Brasil não é o irmão que trabalha no seu gabinete. “O que quero saber é por que o Banco Boavista e o Bradesco passaram a patrocinar, durante a CPI dos Precatórios, o *Bom-Dia Brasil* e o *Jornal Nacional*. Que se manifeste agora a Globo”, conclamou ele.

Moreira questiona valor de pedágio em rodovias

Ao fazer uma avaliação dos resultados produzidos pela privatização de parte das rodovias brasileiras, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) lamentou o atraso na instalação de uma comissão permanente destinada a acompanhar e fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais e a cobrança do pedágio, com a participação do governo, dos usuários e dos concessionários.

– A Lei 9.074, complementar às concessões, prevê a existência dessa comissão permanente. O atendimento dessa exigência está atrasado e, embora os transportadores já tenham indicado seus representantes, até agora a comissão não foi instalada. O setor privado cumpriu sua parte, falta o Estado fazê-lo – advertiu o senador.

Moreira Mendes defendeu a privatização das estradas, mas questionou o valor do pedágio que se cobra em algumas delas. Para percorrer os 420 quilômetros da rodovia Presidente Dutra – que liga o Rio de Janeiro a São Paulo –, exemplificou, um veículo pesado paga o total de R\$ 68,60, o que representa até 13,7% do custo do transporte das mercadorias.

O senador citou artigo do presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Clésio Andrade, publicado no *Correio Braziliense* do dia 10 de janeiro último. No texto, o presidente da CNT afirma que os gestores das rodovias não se devem ater somente à colocação das barreiras de cobrança de pedágio e aos trabalhos de recuperação e manutenção da via, mas também dar prioridade à prestação de bons serviços de apoio e socorro aos automobilistas e seus passageiros.

Moreira Mendes defendeu a instalação, ao longo das rodovias, de ho-



Moreira Mendes fez uma avaliação dos resultados da privatização das rodovias

téis, restaurantes, postos de serviço mecânico e de abastecimento, além de espaços publicitários. Para o senador, corretamente regulamentados e convenientemente explorados, tais serviços “seriam úteis aos passantes e rentáveis para seus exploradores e para os gestores das vias”.

– A consequência plausível do sucesso de tais empreendimentos poderá ser o barateamento dos atuais pedágios, o que reduziria custos para os usuários e permitiria reverter a tendência atual da redução do tráfego de veículos pesados em certas rodovias por causa do alto valor das tarifas – ponderou.

O representante de Rondônia defendeu ainda a criação de áreas de descanso e lazer a cada 150 quilômetros ao longo das estradas, o que, segundo informou, será uma das exigências dos futuros editais de privatização que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) lançará.

Pesquisa ajuda comércio a superar crise, diz Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou trabalho realizado pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio sobre as atividades do setor varejista em dezembro de 1998 na região metropolitana de Fortaleza. Segundo o senador, as informações contidas no relatório da pesquisa são de grande importância para os comerciantes, que não dispunham de um balizamento para administrar seus negócios.

Lúcio Alcântara citou conclusões da pesquisa e esclareceu que, ao tratar do assunto, sua intenção não era propriamente elogiar o trabalho, desenvolvido pela Federação do Comércio do Estado do Ceará (Fecomércio), à qual o instituto é vinculado.

– A iniciativa da Fecomércio atende à expectativa da comunidade varejista e, tenho certeza, é mais uma importante contribuição para que nós, cearenses e brasileiros, possamos superar os percalços da grave crise eco-

nômica que estamos vivendo.

Alcântara ressaltou que a pesquisa indica as formas de pagamento oferecidas aos consumidores, o faturamento, o estoque, o nível de emprego e a inadimplência.



Alcântara acha que informações são de grande importância para comerciantes

Viana cobra verbas para deficientes físicos

Senador do PT do Acre considera "inaceitável e injustificável" redução de R\$ 200 milhões imposta aos programas do governo federal voltados para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência

Ao classificar como perverso, injusto e incompreensível o corte imposto pelo governo nos programas de atendimento a deficientes físicos, o senador Tião Viana (PT-AC) informou ontem que o orçamento previsto para esse setor era de R\$1,7 bilhão, estando agora reduzido a R\$1,5 bilhão. Para ele, essa é uma "situação delicada, inaceitável e injustificável", visto que cabe ao Estado garantir mecanismos de prevenção das deficiências.

Conforme o parlamentar, oficialmente os portadores de deficiência física somam 10% da população brasileira, sendo 5% vítimas de deficiência mental, 2% vítimas de deficiência fisi-

ca, 1,5% vítimas de deficiência auditiva, 1% vítima de deficiência múltipla e 0,5%, de deficiência visual. Ele criticou a fragilidade desses dados, argumentando que o método estatístico colhe, a cada dez domicílios, as informações de apenas um.

Na análise de Tião Viana, países de Primeiro Mundo têm índices maiores de registro de portadores de deficiências físicas, como a Suécia, 19%; os Estados Unidos, 20,6% e a Espanha, 21,8%. Daí por que ele considera estranho que o Brasil, com características socioeconômicas de vulnerabilidade nas políticas públicas e de proteção ao cidadão, apresente

apenas 10% de registros, tendo como referência uma estatística realizada pelo IBGE.

O senador também observou que Belo Horizonte registra um caso de deficiência visual a cada oito horas em crianças recém-nascidas, acometidas exclusivamente pela toxoplasmose, doença infecciosa que ocorre na gravidez. Disse também que a prefeitura de Olímpia (SP) realizou há dois anos um trabalho em benefício dos portadores de deficiência, deixando de lado questões como origem partidária ou envolvimento político do público alvo.

Segundo o senador, antes disso, o município registrava 52 mortes em

Viana informou que o Brasil tem 10% de sua população formada por portadores de alguma deficiência física



cada mil crianças que nasciam e completavam um ano de idade. Com cinco medidas simplificadas de prevenção, reduziu-se para nove por mil o índice de mortalidade infantil. Tião Viana observou que o problema dos portadores de deficiência física não diz respeito apenas à mortalidade, "mas está em torno da mortalidade infantil, da mortalidade perinatal e da condição do nascimento dessas crianças brasileiras".

Maguito quer aplicar 5% da receita contra fome

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu, da tribuna, proposta de emenda à Constituição (PEC) que apresentou ontem determinando que estados, Distrito Federal e municípios apliquem anualmente 5% de suas receitas em programas destinados a combater a fome e a miséria. Maguito disse que a PEC, se aprovada, dará materialidade ao inciso III do artigo 3º da Constituição, dispositivo que estabelece que um dos objetivos fundamentais da República é a erradicação da pobreza e da marginalidade.

O parlamentar criticou a distribuição de riqueza no país, citando dados de 1995: o contingente dos 40% mais pobres (53 milhões de pessoas) detinha 12,1% da renda nacional, enquanto o 1% mais rico (620 mil pessoas) se apropriava de 8,5% do total. Se essa verificação for ampliada para os 10% mais ricos, estes ficam com 47% da riqueza nacional, ao passo que os 10% mais



Maguito disse que, como governador, distribuiu cestas básicas a 144 mil famílias

pobres mantêm 0,8% do total.

Estudo do Banco Mundial da mesma data mostra, conforme Maguito Vilela, que as pessoas entre cinco e 17 anos de idade representam 57% dos pobres, em-

bora sejam 41% do total da população. O senador também citou dados do Programa Nacional por Amostragem de Domicílio de 1995, indicando a existência de 522 mil trabalhadores com idade entre cinco e nove anos e outros 3,6 milhões na faixa etária entre dez e 14 anos. Para o senador, isso demonstra que essas famílias necessitam da renda gerada pelo trabalho do menor:

– Sabendo-se que crianças e adolescentes trabalhadores ocupam empregos de baixa qualificação e reduzidos salários, bem como que elevada proporção deles não estuda, percebe-se a gravidade da situação: previsivelmente, esse contingente da população brasileira se reproduzirá como pobre, ou seja, reproduzirá socialmente a pobreza.

Ele lembrou que, quando governador de Goiás, entre 1995 e 1998, isentou 220 mil famílias do pagamento de taxas de água e luz. Três meses depois, após um

rigoroso cadastro, passou a distribuir cestas com 28 kg de alimentos a 144 mil famílias.

A necessidade de comprovação da frequência escolar das crianças pelas famílias beneficiadas levou ao retorno imediato às salas de aula de 19 mil crianças, segundo cálculo da Unicef, relatou o senador. Ele destacou também a distribuição de um litro de leite e um pão vitamínico por dia para 90 mil crianças. O parlamentar salientou que nem um centavo dos recursos aplicados nesses programas foi desviado.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) enalteceu o projeto, mas opinou que o país precisa mais de programas de geração de emprego do que de programas assistencialistas. Já a senadora Heloisa Helena (PT-AL) aprovou a proposta, ressaltando que "a fome provoca a morte e a morte não pode esperar por uma sociedade mais igualitária".

Jonas pede que Ibama reveja proibições

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) protestou ontem contra decisão do Ibama de suspender todas as autorizações de transporte florestal (ATPF) no estado do Mato Grosso, a partir do dia 10 de março:

– Tal medida levou-me a procurar o presidente do Ibama, providência que resultou no envio de dois de seus diretores a Cuiabá para definir sobre a liberação de novas ATPF, bem como na decisão de permitir o transporte, quando a autorização já tiver sido concedida – disse.

Para Pinheiro, decisões de ordem geral como essa são altamente questionáveis em relação à oportunidade e eficácia:

– Elas criam distorções e prejudicam as empresas que operam em produtos florestais obedecendo às leis.

Outra decisão de ordem geral, lembrou o senador, foi a proibição, por 120 dias, da autorização para desmatamento, medida que o Ibama tomou no dia 17 de fevereiro último e que está suspensa por liminar da Justiça.

O senador argumentou que o mais sensato é flexibilizar essas medidas do Ibama para atender a situações específicas e procurar, através do entendimento com os segmentos envolvidos, definir as bases e os critérios de uma ação conjunta com o governo federal.



Jonas sugeriu ao Ibama que negocie medidas com as partes envolvidas

Marluce protesta contra tratamento dado ao Norte

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) protestou contra a falta de investimentos e o tratamento dado pelo governo à região Norte, mesmo reconhecendo que "dois passos de gigante" já foram dados pelo presidente da República quando destinou os recursos para o asfaltamento da BR-174 (no trecho que faltava para ligar o estado do Amazonas até a cidade de Caracará, em Roraima), e quando assinou o acordo com a Venezuela para implantação de energia elétrica no complexo de Guri, que vai abastecer Boa Vista e parte do interior.

Segundo a senadora, estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam que vai piorar a concentração de renda em regiões já privilegiadas. De acordo com o levantamento citado pela senadora, dos quase R\$ 80 bilhões que investidores do setor privado programaram para aplicar até o ano 2000, 64,3% foram destinados ao Sudeste; 17,6% ao Nordeste; 7,5% ao Norte e

1,2% ao Centro-Oeste. Dos investimentos estrangeiros realizados entre 1987 e 1997, 89% foram aplicados no Sudeste:

– Observamos claramente que as decisões e as intenções dos que detêm o poder econômico não sugerem novas frentes de trabalhos e realizações. Ao contrário, sugerem sua permanência nos locais onde os níveis de concentração econômica já foram estabelecidos. Concluímos, pelo andar dessa carruagem, que o ciclo de pobreza tende a permanecer e as perspectivas de desenvolvimento se eternizam na esperança – afirmou a senadora.

Vários senadores apartearam a oradora. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lamentou o descaso em relação à região Norte por parte dos órgãos encarregados do desenvolvimento do país, principalmente do BNDES.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) lembrou discurso de Getúlio Vargas sobre a Amazônia para res-



Marluce: principais investimentos continuam concentrados na região Sudeste do país

saltar que o tempo passou, os problemas aumentaram e o descaso continuou.

Luiz Estevão (PMDB-DF) disse que o Brasil começou desigual por circunstâncias geográficas mas "essas condições que impuseram a ocupação litorânea de nosso país desapareceram de há muito, e não é justo que o Brasil continue tratando de maneira desigual regiões tão importantes do nosso país".

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) informou que estava chegando de uma

audiência com o ministro do Desenvolvimento, Celso Lafer, onde reivindicou os investimentos necessários para que a região possa colaborar com a retomada do desenvolvimento.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a interiorização do desenvolvimento deve ser aplicada em todos os estados e que é necessário avançar para estancar o crescimento desordenado das grandes cidades. "Se descentralizarmos o desenvolvimento no Brasil, estaremos ajudando a solucionar também os problemas das metrópoles", argumentou o senador.

Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que a Amazônia não está nesse estágio por acaso ou pela falta de vontade de crescimento do povo, mas sim por que existe uma "política deliberada de isolamento que quer deixar, talvez para as gerações futuras ou até para as potências estrangeiras, a riqueza e a área da nossa região". Lando recordou a preocupação de se divulgar a ideia de que a Amazônia não pertence aos brasileiros, mas sim ao universo, uma reserva da humanidade. "Já se tentou, inclusive, invocar a soberania das nações indígenas na região", afirmou o senador.



Durante solenidade que marcou a entrega de prêmios às vencedoras do Concurso Nacional de Monografias sobre os 50 anos do Estado de Israel, o Coral do Senado (foto) emocionou o público ao cantar o Hatikvá (Há Esperança), hino nacional israelense. O evento ocorreu quarta-fei-

ra, no Salão Negro do Congresso.

O Coral do Senado, integrado por servidores, também interpretou o trecho da ópera *Nabucco* intitulado *Coro di Schiavi Ebrei*, do compositor italiano Giuseppe Verdi. Encerrando a apresentação, o público acompanhou os cantores na execução do Hino Nacional Brasileiro.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 - *Senado em Pauta*
 7h - *Saúde Todo Dia* - Hidroginástica para gestantes
 7h30 - *Especial Unip* - Prevenção do infarto
 7h55 - *Senado em Pauta*
 8h - *Saúde Todo Dia* - Biodança
 8h30 - *Jornal do Senado*
 8h55 - *Senado em Pauta*
 9h - *Sessão Plenária* (ao vivo)
 12h30 - *Entrevista* - O senador Geraldo Althoff fala de sua proposta de emenda constitucional limitando os repasses dos governos estaduais às assembleias legislativas
 12h55 - *Senado em Pauta*
 13h - *Cores do Brasil* - Sergipe
 13h30 - *Consulta Marcada* - O pediatra Antônio Lisboa fala sobre os cuidados com recém-nascidos
 14h30 - *Sessão Plenária* (reapresentação)
 18h30 - *Entrevista* - Senador Geraldo Althoff
 19h - *Especial* - Documentário "Era Vargas"
 20h - *Cores do Brasil* - São Luiz do Maranhão
 20h30 - *Entrevista* - Senador Geraldo Althoff
 21h - *Jornal do Senado*
 21h15 - *Consulta Marcada* - O pediatra Antônio Lisboa fala sobre os cuidados com recém-nascidos
 21h55 - *Senado em Pauta*
 22h - *Espaço Cultural* - "Viola Caipira"
 22h55 - *Senado em Pauta*
 23h - *Consulta Marcada* - O pediatra Antônio Lisboa fala sobre os cuidados com recém-nascidos
 24h - *Especial* - Márcia Haydée em "A Bela Adormecida"

RÁDIO SENADO FM

HOJE

8h - Agenda Senado
 Em seguida - Música e informação
 9h - Sessão Plenária (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 19h - "A Voz do Brasil"
 Em seguida - Música e informação
 20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
 21h - "Senado em Linha Direta - Norte/Centro-Oeste"
 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
 Em seguida - Música e informação
 0h - Sessão Plenária (reprise)
 Em seguida - Música e informação
SÁBADO
 10h30 - "Autores e Livros" - Entrevista com Sábato Magaldi. Apresentação da professora Margarida Patriota.
 11h - "A Música Erudita" - Claudio Arrau interpreta o "Concerto nº 1 em Ré Menor para Piano e Orquestra", de Brahms. Apresentação do senador Artur da Távola.
 16h - "A Música do Brasil" - Traz a voz do mineiro Ataulfo Alves. Apresentação do senador Artur da Távola.
 20h - "Especial do Mês" entrevista o sanfoneiro, cantor e compositor Dominguinhas.
 22h - "Essa Bossa Sempre Nossa" - O tema desta semana é a influência do jazz sobre o samba. Apresentação do senador Artur da Távola.
DOMINGO
 11h - "A Música Erudita" (reprise)
 17h - "Essa Bossa Sempre Nossa" (reprise)
 19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
 22h - "A Música do Brasil" (reprise)

Comissões farão reunião conjunta sobre blecaute

CI e CFC ouvirão o ministro de Minas e Energia e outras autoridades provavelmente no dia 6 de abril

A presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), informou ontem que será realizada "provavelmente no dia 6 de abril" a reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) destinada a esclarecer as causas do blecaute ocorrido no último dia 11 e o processo de cisão da Companhia Hidroelétrica de São Francisco (Chesf) e da Eletronorte. Serão ouvidos na reunião, entre outros convidados, o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, o presidente da Eletrobrás, Firmino Ferreira Sampaio Neto, e o diretor-presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Mário Santos. A iniciativa da audiência foi de Emilia Fernandes.

Durante reunião extraordinária realizada na manhã de ontem, a CI aprovou requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) acrescentando à lista das autoridades convidadas os nomes de Fábio Machado Resende, assessor técnico da diretoria do Ilumina, e de Joaquim Francisco de Carvalho, consultor independente para assuntos de energia. Suplicy argumenta que a presença desses consultores poderá enriquecer a discussão, "através do contraditório", porque eles afirmam não concordar inteiramente com a versão oficial sobre o "apagão".

Durante a reunião, os senadores discutiram a conveniência de realizar uma ou duas audiências públicas para tratar dessas questões. "Talvez seja melhor discutirmos cada item separadamente, para permitir que o de-



Comissão de Infra-Estrutura decidiu, em reunião extraordinária, ampliar a relação de convidados para analisar o blecaute

bate de dois assuntos de tal porte, como o blecaute e a cisão da Chesf, alcance a profundidade necessária", observou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

O requerimento de Emilia Fernandes era, originalmente, destinado a ouvir do ministro de Minas e Energia e seus auxiliares esclarecimentos sobre a cisão da Chesf e da Eletronorte. Mas no dia em que a proposta foi apresentada aconteceu o acidente na rede elétrica e tanto a senadora quanto os demais membros da CI consideraram necessário incluir o blecaute na pauta da audiência pública.

A decisão sobre o desmembramento dos temas vai depender de quando será marcada a reunião da Chesf para decidir a respeito da divisão da Eletronorte. Depois de um debate no qual tomaram parte os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Juvêncio da Fonseca

(PFL-MS), Osmar Dias (PSDB-PR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Mauro Miranda, ficou decidido, conforme sugestão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que, se a reunião da diretoria da Chesf for agendada "para daqui a pelo menos 60 dias", haverá duas audiências públicas. Mas, se o governo convocar a reunião de diretoria em um prazo mais curto, os senadores adotarão a proposta de Dutra, ou seja, os dois assuntos serão tratados no mesmo dia, devendo a mesa da comissão limitar o tempo dedicado a cada tema.

Na reunião da CI, o senador Romero Jucá relatou favoravelmente o projeto da Câmara que dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo Norte, nos estados do Pará e Maranhão. Mauro Miranda solicitou vista da matéria, o que foi concedido por Emilia Fernandes, pelo prazo de cinco dias.

Maldaner apóia ações judiciais contra a indústria do tabaco

As iniciativas do ministro da Saúde, José Serra, e de vários governos estaduais de entrarem com ações indenizatórias contra a indústria do tabaco foram consideradas ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) como o "caminho acertado" de recuperação das receitas públicas canalizadas para o atendimento médico dos usuários de cigarro.

Tão oportuna quanto essas iniciativas, na opinião do senador, foi a publicação de reportagem, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em que fica demonstrado como, para cada real arrecadado das indústrias de fumo pelo governo, este acaba por gastar R\$ 1,50 no atendimento de pessoas com problemas de saúde derivados do uso de cigarros.

Dados levantados pelo Instituto Nacional do Câncer referendam a mesma relação custo-benefício negativa

para o governo: em 1998, para uma arrecadação de R\$ 2,18 bilhões dos fabricantes de cigarros, o governo gastou R\$ 3,43 bilhões.

— Esse comparativo, segundo a Organização Mundial da Saúde, é quase igual ao de países como os Estados Unidos e a Bélgica, nos quais a proporção é de US\$ 1 arrecadado para um gasto de US\$ 1,30 e US\$ 1,60, respectivamente — afirmou o senador catarinense.

O recurso a ações indenizatórias e a atuação do movimento antitabagista, segundo Casildo Maldaner, visam responsabilizar as indústrias de fumo pelos malefícios que provocam, a exemplo da reação deflagrada inicialmente nos Estados Unidos, onde desde 1954 tramitam ações judiciais desse gênero, individuais e coletivas.

Em aparte, o senador Gilberto Mes- trinho (PMDB-AM), fumante, concor-



Para Maldaner, responsabilizar indústria é acertado

do com Maldaner, reconhecendo que "o hábito é antinatural". O senador Tião Viana (PT-AC) e a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) também manifestaram sua aprova-

ção à iniciativa de ações indenizatórias e condenaram os malefícios provocados pelo cigarro.

Na presidência dos trabalhos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que projeto de sua autoria, em tramitação na Casa, estabelece que, para cada real gasto pelos fabricantes de cigarros em campanhas publicitárias de seus produtos, outro real deverá ser aplicado em campanhas de esclarecimentos sobre os males decorrentes do consumo de tabaco, pelos próprios fabricantes.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Zezé e Luciano cobram ética dos meios de comunicação

Cantores sugerem que Congresso Nacional crie lei que possa evitar exploração sensacionalista de fatos como o seqüestro de seu irmão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem os irmãos Zezé di Camargo e Luciano, que apelaram aos dirigentes do Congresso Nacional para que seja criado um código de ética que, segundo destacou Zezé, possa evitar "a exploração por parte de uma determinada imprensa sensacionalista" de episódios como o seqüestro de Wellington de Camargo, irmão da dupla de cantores sertanejos.

A intervenção do apresentador de televisão Ratinho, do SBT, lançando campanha de arrecadação de fundos para pagar o resgate, efetivamente "prejudicou as negociações para libertar Wellington", afirmou Zezé di Camargo.

Ele e o irmão, Luciano, igualmente criticaram equipes de algumas emissoras de televisão que, a pretexto de um "jornalismo investigativo", estão divulgando boatos e informações falsas. Eles observaram que esse tipo de matéria também dificulta os entendimentos com os seqüestradores e as investigações policiais.

O senador Antonio Carlos Magalhães solidarizou-se com a família de Zezé di Camargo e Luciano e dispôs-se a examinar o problema. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) acompanhou a audiência, juntamente com diver-

sos deputados. A dupla, após o encontro com Antonio Carlos, reuniu-se com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

SUP LIC Y

Antes do encerramento dos trabalhos da sessão deliberativa de ontem, o senador Eduardo Suplicy, ocupando a presidência dos trabalhos do plenário no momento, informou que, no final da manhã, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu a visita dos cantores Zezé di Camargo e Luciano.

Acompanhados do próprio Suplicy e dos senadores Maguito Vilela

(PMDB-GO) e Luiz Estevão (PMDB-DF) e dos deputados federais Ronaldo Caiado e Celso Russomanno, a dupla sertaneja relatou o seqüestro do irmão, Wellington Camargo, que já ultrapassa os 90 dias:

– Quero reiterar o apelo de Zezé di Camargo e Luciano no sentido de que a solução para este episódio possa ser encontrada o quanto antes. Aos que estão provocando essa dor extraordinária, os seqüestradores, peço que reflitam sobre o seu ato, desistam de qualquer tipo de exigência de resgate e desenvolvam Wellington Camargo ao seio de sua família – afirmou o senador.



Luciano e Zezé di Camargo, na audiência com ACM, criticaram comportamento de emissoras de televisão que têm atrapalhado as negociações

Senado realizará seminário sobre manipulações genéticas

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) reuniu-se ontem com o deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e vários representantes da comunidade científica para discutir os detalhes de um seminário sobre manipulações genéticas, que será promovido pelo Senado.

O seminário, proposto em plenário por Quintanilha, e já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão Diretora do Senado, deverá ser realizado no máximo em 60 dias. Nesta primeira reunião preparatória, foram sugeridos alguns temas para serem discutidos no evento, como a legislação em vigor, a fiscalização e a relação entre bioética, biossegurança e biotecnologia:

– Ao propor a realização do seminário, nosso objetivo foi aprofundar a discussão sobre o assunto antes que



Senador Leomar Quintanilha (C) reuniu-se com cientistas e professores para discutir detalhes do seminário

nós parlamentares começássemos a legislar sobre ele. Também será uma oportunidade de divulgar um pouco mais, dar conhecimento à população sobre o que tem sido feito no Brasil com relação à manipulação genética – explicou Quintanilha.

Na opinião do senador por Tocantins, o debate sobre a manipulação ge-

nética não deve ficar restrito ao Legislativo, mas envolver também o Judiciário, o Executivo, a sociedade civil organizada e a Igreja. Dentro do tema, ele destacou a clonagem de seres humanos como um assunto de extrema importância e que despertará o interesse de toda a população do país.



Francelino elogiou o elenco e o diretor, lembrando que a história retrata um Brasil carente cheio de exemplos de humildade

Francelino Pereira requer voto de louvor para o filme *Central do Brasil*

“Fernanda Montenegro não é somente a primeira atriz brasileira a concorrer à cobiçada estatueta do Oscar, mas a primeira latino-americana”, informou ontem o senador Francelino Pereira (PFL-MG), ao requerer voto de aplauso e reconhecimento aos atores e ao diretor do filme *Central do Brasil*, que concorre ao Oscar neste domingo. O parlamentar considerou os prêmios recebidos até agora pelo filme êxitos incontestáveis na trajetória realizada dentro e fora do Brasil:

– Seja qual for o resultado, no próximo domingo, em Los Angeles, teremos o reconhecimento intelectual ao valor da cultura brasileira. Mas a verdade é que muitos povos estarão torcendo, como nós, brasileiros, pela conquista para o nosso país da mais ambicionada premiação da cinematografia internacional – disse Francelino.

O senador destacou que o talento de Fernanda Montenegro é parte da expressão do talento de brasileiros reconhecidos dentro e fora do Brasil, como Tom Jobim, Carmen Miranda, Ayrton Senna, Pelé e tantos outros. Ele espera que a indicação de Fernanda possa, além de melhorar a auto-estima “de um povo sempre em crise no caminho do seu crescimento, nos levar a cuidar mais resolutamente de promover nossa cultura”.

Sobre o diretor do filme, Walter Salles

Jr., Francelino disse que ele levou para as telas uma história simples e humana, retratando um Brasil carente onde os exemplos de humildade se repetem. Também observou que o filme comove brasileiros, italianos, franceses, alemães e norte-americanos, nos vários países por onde é exibido, “mostrando uma face que é só nossa, mas com problemas e anseios que se podem encontrar em qualquer lugar, em qualquer país”.

Para o senador, o filme é brasileiro em sua trajetória do Rio de Janeiro à Bahia, Pernambuco e Ceará, nas belas paisagens, no povo e na religiosidade, mas tem um tema universal, que é a procura do homem pela sua identidade. Em sua análise, também disse que o cinema nacional passa por ápices e quedas, de tempos em tempos, mas tem um futuro promissor.

Francelino afirmou que o governo Collor contribuiu para a quase extinção e o sucateamento da produção de filmes nacionais. Ele considerou importante a criação de incentivos fiscais, como leis federais de apoio à cultura, mas observou que essas ainda são medidas insuficientes na formação de uma cinematografia auto-sustentável. Quanto ao Oscar, disse que, se *Central do Brasil* não ganhar, ainda assim os responsáveis pelo seu sucesso continuarão a ter seu trabalho reconhecido por todos.

Suplicy: “Obra é excepcional”

Eduardo Suplicy também reforçou o pronunciamento feito pelo senador Francelino Pereira e expressou sua torcida para que a atriz Fernanda Montenegro e o filme *Central do Brasil* conquistem o Oscar, na festa marcada para o próximo dia 21. Ele comentou que os que assistiram ao filme comprovaram os méritos do concorrente brasileiro, considerado pelo senador como “excepcional”.

Mesmo reconhecendo méritos do



Eduardo Suplicy

filme *A Vida é Bela*, considerado o principal concorrente da película brasileira, e das demais concorrentes ao Oscar de melhor atriz, Suplicy opinou que tanto *Central do Brasil* quanto Fernanda Montenegro reúnem condições de conquistar o maior prêmio do cinema internacional. O

senador também elogiou o diretor Walter Salles Jr. e o ator-mirim Vinícius de Oliveira.